

Britânicos na guerra contra o Paraguai



Por **RONALD LEÓN NÚÑEZ***

Uma guerra, assim como qualquer fato importante, não deve ser estudada de maneira isolada

A ascensão do neoliberalismo desde a última década do século XX – e sua contraparte no campo metodológico, os enfoques pós-modernos em diversas áreas da ciência –, consolidou, em determinados círculos acadêmicos, uma premissa apresentada como irrefutável: o Império Britânico, embora hegemônico no século XIX, não tinha interesse na Guerra contra o Paraguai e, conseqüentemente, manteve uma “estrita neutralidade” no confronto.

Esta controvérsia é recorrente, mas não ociosa. Muitos trabalhos, ainda que instigantes e ancorados em sólida pesquisa documental, limitam-se a sustentar, repetidamente, que a Guerra não passou de um “conflito regional”. Essa insistência é utilizada para se contrapor à chamada “tese imperialista”, que advoga um suposto protagonismo britânico nos acontecimentos que desembocaram na Guerra, defendida por historiadores dependentistas e americanistas nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, a “tese regional” também é problemática e reducionista, por adotar um critério geográfico que não diz nem explica nada em profundidade. É, ademais, uma obviedade, porque, superficialmente, todas as guerras estão condicionadas por uma dinâmica regional.

Uma guerra, assim como qualquer fato importante, não deve ser estudada de maneira isolada. Não podemos ignorar, sem incorrer em erros metodológicos, que desde o século XVI existe uma economia e uma política mundiais, que tem um maior ou menor impacto sobre as peculiaridades regionais. Nesse entendimento, a maior guerra na história da América Latina, evidentemente, possuiu um contexto local. Obedeceu às disputas entre interesses dos Estados nacionais, controlados por facções das burguesias nativas. Contudo, esse jogo de interesses nunca esteve divorciado da dinâmica global. A questão é definir em qual realidade e tendências mundiais esse contexto regional estava inserido.

Com esta abordagem metodológica, defendo que a tese da neutralidade britânica é falsa. Trata-se de uma interpretação – como tal, derivada de uma determinada visão ideológico-política do mundo – que omite de forma inaceitável os fatos documentados.

Neste ponto, é possível que alguns colegas e leitores se sintam tentados a associar-me a posições semelhantes às de Júlio José Chiavenato, Eduardo Galeano ou outros revisionistas, ou então à literatura nacionalista e mesmo a certos caricaturistas do marxismo, afetos ao culto à personalidade de heróis patrióticos no país derrotado. Esta seria uma conclusão precipitada e injusta.

Meu único acordo com alguns autores da escola revisionista consiste na necessidade de denunciar a agressão da Tríplice Aliança contra uma nação historicamente oprimida e desvendar a política britânica na *Guerra Grande*.^[1] Isso é tudo. Não subscrevo exageros ou esquemas interpretativos surgidos de teorias conspirativas, sempre simplificadoras, para explicar as causas da Guerra.

E mais: qualquer abordagem que, no afã de denunciar o Império britânico, sugira que os governantes aliados não tinham interesses próprios ou que agiram como meros marionetes, animados a partir de Londres, é um reducionismo que abre brechas impossíveis de defender seriamente no debate com os apologistas liberais da Tríplice Aliança. Nada pode expiar as atrocidades cometidas pelos governos “civilizadores” do Paraguai, principais responsáveis pela destruição desse país.

Dito isto, passemos ao verdadeiro debate.

A autointitulada Nova Historiografia, que encontrou no historiador brasileiro Francisco Doratioto um de seus mais qualificados porta-vozes, sustenta que o Império Britânico foi neutro durante o conflito.^[ii] De fato, o autor diz que Londres se opôs à guerra. Na realidade, a tese de Francisco Doratioto não é original. Baseia-se nos postulados de historiadores britânicos – como Desmond Platt, Edward N. Tate e Leslie Bethell – que afirmam que o Império Britânico teve uma política de “não-interferência” na América Latina durante o século XIX.

Não negamos a ninguém o direito de interpretar os fatos como bem entender. Nesse processo, pode-se até distorcê-los. Mas isso não vai mudá-los; os fatos costumam ser teimosos. E os fatos mostram que Londres não foi indiferente nem neutra na Guerra contra o Paraguai. Nem seus banqueiros, nem seu governo, nem seu parlamento.

Retomemos o contexto global. O Reino Unido exercia uma dominação econômica e política semicolonial na América Latina: os novos Estados do subcontinente, surgidos do colonialismo ibérico, embora não retrocedessem formalmente ao grau de colônias, não resistiram ao estabelecimento de uma dependência financeira, comercial e diplomática de Londres. Isto não é ideologia, é fato. O século XIX, lembremos, ficou conhecido como o “século inglês”.

O general prussiano Clausewitz escreveu que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Trazer tal premissa para o terreno da Guerra contra o Paraguai implica estudar a posição política da classe dominante britânica – e, portanto, de seus governos e Estado – e sua relação com os governos sul-americanos beligerantes, antes e durante a ação militar.

Entre 1863 e 1871, a Corte do Rio de Janeiro emprestou £14.278.520 da banca britânica através da Casa de Rothschild.^[iii] Este montante representava 60% de todo o comércio exterior do Brasil em 1860.^[iv] Nesse período, o comércio exterior paraguaio mal ultrapassou £560.000. Durante a Guerra, Pedro II transferiu parte desses recursos para seus aliados argentinos e uruguaios, sob a forma de empréstimos. Isto está documentado.

O governo argentino de Mitre contratou 1,25 milhão de libras em 1866 e 1,95 milhão da mesma moeda em 1868, através da Baring Brothers, para financiar as operações militares no Paraguai.^[v] Esses empréstimos somaram-se às £2,6 milhões em dívidas anteriormente assumidas com banqueiros londrinos.^[vi]

Estes dados deveriam ser conclusivos. Na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, o capital britânico financiou exclusivamente um dos lados: a Tríplice Aliança. Este é o fato fundamental. É a prova material da posição política do Império Britânico.

Mas, além do financiamento, há outros fatos: (i) a série de relatórios hostis ao Paraguai assinados por agentes diplomáticos britânicos na região do Rio da Prata; (ii) o fato de Londres – através de seu representante Edward Thornton – ter expressado ao Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, em dezembro de 1864, que o Império brasileiro tinha “o direito de pedir satisfações pelas ofensas que seus súditos tinham que suportar”^[vii] em território oriental, justificando assim a agressão brasileira contra o Uruguai, fato que, considerando a prévia advertência oficial, foi considerado um *casus belli* pelo Paraguai; (iii) a participação de Thornton nas reuniões do gabinete de Mitre sobre o problema urguiaio, ao lado do diplomata brasileiro Saraiva, bem como sua ciência das resoluções da sessão secreta do Congresso argentino, que ratificou o tratado secreto da Tríplice Aliança;^[viii] (iv) as reclamações de Cândido Bareiro, representante paraguaio na Europa, ao governo britânico, pela violação da proclamada “neutralidade”, por meio de embarque de armas, construção de navios de guerra, transporte de material de guerra em navios de bandeira britânica através do Rio da Prata para abastecer os Aliados, etc.^[ix] Se acrescentarmos estes elementos de análise ao financiamento, é evidente que as ações da diplomacia – ou seja, de representantes oficiais do governo britânico – foram favoráveis à causa aliada.

A interferência britânica não é, indubitavelmente, a única nem a principal causa ou explicação para a Guerra contra o Paraguai. Entretanto não se pode dizer que Londres foi neutra nesse conflito. Os fatos desmentem esta premissa.

Como não é possível ignorar essas evidências, a Nova Historiografia apela a um subterfúgio, afirmando que nem os empréstimos, nem os movimentos dos diplomatas britânicos na região estavam relacionados à política oficial britânica. Neste sentido, Francisco Doratioto argumenta: “o capital não tem ideologia e busca a melhor remuneração associada ao menor risco”. E conclui: “quanto à Inglaterra, seu governo deve ser distinguido de seus banqueiros. O governo inglês permaneceu neutro no conflito”.^[x]

Entremos, então, no debate interpretativo. Não existia, nem poderia existir, uma separação estanque entre o governo – o gabinete britânico – e o capital – os banqueiros de Londres.

a terra é redonda

Em qualquer Estado burguês, do mais avançado ao mais atrasado, os governos atuam a serviço dos capitalistas ou, mais precisamente, de facções de capitalistas. Marx e Engels definiram, em 1848, que “o governo do Estado moderno nada mais é do que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” [\[xi\]](#) Em uma sociedade dividida em classes sociais com interesses antagônicos, não há capitalistas “apolíticos” ou sem ideologia, assim como não há um aparato estatal “neutro”. Não são os governos que ditam o pensamento ou as ações dos capitalistas – são os capitalistas, ou certos setores de capitalistas que detêm o poder, que determinam as políticas interna e externa dos Estados.

Portanto, o divórcio entre governos e capitalistas é outra premissa equivocada da chamada Nova Historiografia.

Obviamente, um banqueiro ou qualquer outro capitalista sempre buscará o maior lucro. Mas seria absurdo supor que essa busca não siga critérios políticos. É sério acreditar que, em uma guerra, os banqueiros financiarão um lado ao qual se opõem politicamente, ou que, ao contrário, privar-se-ão de financiar o lado com o qual identificam politicamente seus interesses imediatos ou potenciais? Lembremos a máxima de Clausewitz.

O fato de os banqueiros britânicos não emprestarem ao Estado paraguaio, mas sim aos Aliados, tem uma explicação política, não meramente baseada em cálculos de maior ou menor risco financeiro.

Por exemplo, em março de 1865, o Congresso paraguaio autorizou Solano López a contratar empréstimos de até 25.000.000 pesos fortes nos mercados internacionais, oferecendo erva-mate e terras públicas como garantia. [\[xii\]](#) Cândido Bareiro foi autorizado a negociar financiamentos de até 4.000.000 de pesos fortes na Europa. [\[xiii\]](#) Nenhum banqueiro “apolítico” emprestou-lhes um centavo. Se isto se devia à percepção de que emprestar ao Paraguai era um investimento mais “arriscado”, como é que, em 1871 e 1872, [\[xiv\]](#) com a economia do país destruída e dois terços de sua população perdida, os bancos britânicos concordaram em emprestar aos governos paraguaios do pós-guerra? Se aqueles que pensam que ninguém, em seu perfeito juízo, teria emprestado dinheiro ao Paraguai em 1865 fossem coerentes com seu próprio raciocínio, seriam forçados a concluir que os banqueiros que o fizeram em 1871 tinham escapado de um manicômio.

O governo e a diplomacia britânica se declararam oficialmente neutros. Mas o que importa é que, na prática, não o foram. Deram cobertura política aos banqueiros britânicos e outros capitalistas – de ambos os lados do Atlântico – que forneceram recursos materiais indispensáveis para o esforço de guerra do Aliados.

Por que o capitalismo britânico colaborou com a derrota do Paraguai? Sem dúvida, não porque o Paraguai em 1864 era uma grande “potência industrial” ou estava em vias de se tornar uma. Tampouco porque a economia paraguaia fosse uma ameaça para a indústria ou comércio britânicos que dominavam a região. Esta tese nacionalista carece de fundamento.

A explicação é que a guerra foi um choque entre dois modelos de acumulação capitalista – não entre capitalismo e um protossocialismo supostamente “anti-imperialista”, como sugere um setor muito desorientado da esquerda latino-americana –, mas entre um modelo que se baseava no *laissez faire* e no investimento estrangeiro, tido como motor do progresso econômico e cultural, e outro, apesar de controlado pelas terríveis ditaduras de José Gaspar Rodríguez de Francia e pelos dois López, que consistia em um modelo politicamente independente, sem endividamento externo, protecionista e estatista.

Desde a crise terminal e a subsequente desintegração dos impérios ibéricos, Londres promoveu o primeiro modelo, baseado no livre comércio e no sacrossanto princípio da livre iniciativa privada. Consequentemente, na segunda metade do século XIX, o capital britânico possuía mais interesses no Império do Brasil – então o terceiro maior mercado consumidor de produtos britânicos – e em Buenos Aires do que no pequeno e “fechado” Paraguai. As burguesias daqueles países foram as principais sócias (menores) do Reino Unido na região. Não a do Paraguai.

Por sua vez, essas duas potências regionais tiveram suas próprias disputas históricas com o Paraguai: fronteiras, livre navegação, acesso a recursos e rejeição dos “monopólios estatais”.

Com o Paraguai destruído, o capital britânico – tanto quanto as circunstâncias caóticas permitiam – penetrou no país derrotado. Mas, acima de tudo, fortaleceu os laços de dependência preexistentes no Brasil e na Argentina, as nações vitoriosas esgotadas. Nos anos que se seguiram, o endividamento e os investimentos de Londres cresceram exponencialmente nesses países. [\[xv\]](#)

Se a principal responsabilidade pela deflagração da Guerra e, sobretudo, por sua continuação até a completa destruição do Paraguai cabe aos governos de Pedro II, Bartolomé Mitre e Venancio Flores, que seguiam seus próprios interesses, é

também um fato comprovado que eles não sustentaram o esforço bélico em oposição ao poderoso Império Britânico.

Muito pelo contrário. O fato comprovado é que o financiamento britânico – que garantiu uma boa parte da campanha dos Aliados – e outras contribuições foram concedidos a um único lado beligerante, com o conhecimento e aprovação mais ou menos disfarçados do governo de Sua Majestade. E isso é o oposto da neutralidade britânica que os adeptos da chamada “última palavra” no estudo da guerra pregam.

Se os chamados revisionistas de esquerda incorrem na simplificação da “tese imperialista”, muitos acadêmicos fazem o mesmo, negando a totalidade da economia-mundo e resistindo em definir os Estados de acordo com sua localização na divisão internacional do trabalho. A partir desse viés, concluem que o caráter da Guerra foi meramente “regional”, uma definição empobrecedora.

O fato de intelectuais liberais ou neoliberais justificarem ou atenuarem os crimes dos impérios do passado e do presente é compreensível. Mas não é tarefa da esquerda, muito menos do marxismo, facilitar-lhes a tarefa assumindo imprecisões factuais típicas do nacionalismo.

***Ronald León Núñez** é doutor em história econômica pela USP. Autor, entre outros livros, de *A Guerra contra o Paraguai em debate* (Sundermann).

Tradução: Raquel Polla.

Publicado originalmente no jornal [ABC Color](#).

Notas

[i] No Paraguai, a guerra é conhecida como Guerra Grande ou Guerra Guasu, em língua guarani.

[ii] DORATIOTI, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[iii] FIGUEIRA, Divalte. Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai. São Paulo: *Humanitas FFLCH-USP*: FAPESP, 2001, p. 29.

[iv] BRUN, Diego A. La Guerra del Paraguay: tres modelos explicativos. *Revista Paraguaya de Sociología*. Assunção: CEPES, v. 26, n. 74, 1989, pp. 175-197; DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra...*, op. cit., pp. 91, 458, 461, 462.

[v] BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, 1995, vol. 9, n. 24, p. 275.

[vi] BRUN, Diego A. La Guerra del Paraguay: tres modelos explicativos..., op. cit., p. 187.

[vii] DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra...*, op. cit., p. 90.

[viii] Thornton a Russell, 25/05/1865, citado em: HORTON BOX, Pelham [1930]. *Orígenes de la Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: El Lector, 1996, p. 244.

[ix] O tráfico de armas – sempre para os Aliados – também foi realizado via França e Bélgica. E sempre com a “vista grossa” de Londres e daqueles governos europeus.

[x] LEAL, Bruno [2014]. *Nova História da Guerra do Paraguai*. Entrevista com Francisco Doratioto. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/nova-historia-da-guerra-do-paraguai/>>, consultado em 10/01/2023.

[xi] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich [1848]. *Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>>, consultado em 10/01/2023.

[xii] Isto, ademais, mostra que o governo de Solano López não tinha nada de “anti-imperialista”.

[xiii] Documento oficial de 15 de março de 1865. Disponível em: <http://bibliotecanacional.gov.py/bn_documento/documento-oficial-del-15-de-marzo-de-1865/>, consultado em 10/01/2023.

[xiv] Foi a primeira vez, desde a declaração de independência em 1813, que o Paraguai contraiu dívida externa.

[xv] Durante o período imperial brasileiro (1824-1888), 15 empréstimos foram contratados em Londres, 40% dos quais foram acordados entre 1865 e 1888. O governo brasileiro gastou, no esforço de guerra, um montante equivalente a onze vezes o orçamento nacional de 1864.

O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.

[Clique aqui e veja como](#)

A Terra é Redonda